



História Unicap
ISSN 2359-2370

Conflitualidade rural e comunidade campesina na virada do século XX. Fim de um ciclo ou recomposição adaptativa da estratégia comunitária? Galiza, 1885-1907

Rural conflict and peasant community in the transition to 20th Century. End of a cycle or adaptative recomposition of the community strategy? Galicia, 1885-1907

Carlos F. Velasco Souto *

carlos.velasco@udc.es

Resumo:

Em face das interpretações canónicas na historiografia galega a salientarem o salto qualitativo representado pelo surgimento do Agrarismo e o processo de proprietarização a ele associado, esta comunicação sustenta que a excessiva ênfase posta nas mudanças produzidas no trânsito do século XIX para o XX na Galiza agrária (privatização produtiva, penetração do capitalismo, desagregação comunitária, assunção do individualismo...) obscurece na realidade a visão de conjunto da rebeldia rural, dificultando a interpretação do significado de muitos conflitos e tradições de luta na longa duração. Assim mesmo põe-se em causa a suposta desagregação da trama comunitária campesina, na medida em que ela, longe de se amostrar incompatível com a proprietarização (enquanto que estratégia reprodutiva predominante), parece ter mesmo favorecido a articulação de novas fórmulas de luta empreendidas sob o manto protetor do Agrarismo, tanto em defesa do monte comunal face às tentativas privatizadoras do Estado Liberal, quanto em prol da renovação do aparelho produtivo da agricultura e a eliminação do sistema foral.

Palavras-chave:

Campesinato; comunidade; conflitualidade.

Abstract:

Challenging hegemonic interpretations in Galician historiography highlighting the qualitative leap represented by the arise of Agrarianism and the access to property process associated with it, this paper argues that the excessive emphasis placed on the transformations produced in the transit from the XIX to the XX century in the agrarian Galicia (productive privatization, penetration of capitalism, community desintegration, assumption of individualism...) actually obscures the overall view of rural rebellion, making it difficult to interpret many conflicts and struggle traditions in the long run. Also, it calls into question the alleged desintegration of the peasant community fabric, insofar as it has not been incompatible with access to property, it seems to have favoured, on the contrary, the articulation of new forms of struggle undertaken under the protective mantle of Agrarianism, both in defense of the commons against the privatizing initiatives of the Liberal State, and in favour of the renewal of the agriculture productive structures and the elimination of the Foral system.

Key-words:

Peasantry; Community; conflict.

* Universidade da Corunha (Galiza)

A historiografia agrária galega desenvolvida nos últimos anos tem salientado o papel dos motins da década de 1890 e o subsequente abrolhar do Agrarismo¹ enquanto que fatores indutores de uma mudança de ciclo ou salto qualitativo no desenrolar da mobilização e conflitualidade campesinas, acompanhando uma reorientação das estratégias reprodutivas comunitárias decorrente do acesso do pequeno camponês à propriedade da terra. Consoante esta interpretação hoje mais ou menos canónica², entre os meados de 1885 e 1907 teria-se produzido, com efeito, a passagem de uma movimentação rural de feição *tradicional*, isto é, espontânea e pouco estruturada, para outra muito mais organizada, provida de fórmulas modernas de ação coletiva; passagem essa favorecida tanto pelo contexto da crise finissecular quanto pelo alargamento da estrutura de oportunidades, em virtude da mais aberta legislação liberal respeitante ao direito de voto (lei de sufrágio universal-masculino de 1890) e possibilidade de constituir entes societários (lei de associações de 1887). Porém, após o exame da documentação judicial (aliás precária) da época e tendo em vista os estudos e debates produzidos³, cabe perguntar-se se as coisas foram assim tão simples e se a irrupção da modernidade rachou de jeito tão nítido as supostas tebras do passado imediato. Pois de fato existiram precedentes de maturidade organizativa, e mesmo política, no seio do movimento popular em etapas anteriores, nem sempre valorizados a meu ver, por não falar da longa tradição secular de lutas agrárias desenvolvidas no solar galego a alcançar, em conjunturas concretas, um relevo decerto apreciável, ao ponto de se terem tornado um agente ativo na potencial materialização de transformações sociais de fundo calado⁴.

Assim sendo, pretende-se argumentar neste trabalho que a excessiva ênfase posta pela referida historiografia no mencionado salto qualitativo e o conjunto de mudanças sócioeconómicas que o contextualizam: privatização produtiva, penetração do capitalismo, progressiva desagregação comunitária, assunção (embora matizada) do individualismo... obscurece na realidade a visão de conjunto da rebeldia rural, dificultando a interpretação do significado de muitos conflitos e tradições de luta na longa duração. Assim mesmo veremos de pôr em causa, ou ao menos estabelecer algumas ressalvas, a propósito da suposta desagregação da trama comunitária campesina, na medida em que ela, longe de se amostrar incompatível com a proprietarização, parece ter mesmo favorecido a articulação de novas fórmulas de luta empreendidas sob o manto protetor do Agrarismo, tanto em defesa do monte comunal (face às tentativas privatizadoras do Estado Liberal) quanto em prol da renovação do aparelho produtivo da agricultura e a eliminação do sistema foral.

¹ No contexto histórico da Galiza contemporânea conhece-se como Agrarismo um movimento social com base no campesinato pequeno-proprietário (mas também com presença de outros atores) que, entre a última década do século XIX e o golpe militar-fascista de 1936, integrou amplos setores da sociedade rural sob um programa altamente reivindicativo e regenerador do campo. Referências sobre ele nas notas a seguir.

² A partir de Durán (1977) e, sobretudo, Cabo (1998 e 1999), cujas teses são também assumidas implicitamente por outros autores.

³ Nomeadamente o debate entre os defensores do paradigma *clássico* e maioritário, formulado no substancial por Durán (1977) e Cabo (1998 e 1999), e os representantes de uma mais recente historiografia crítica (Bernárdez; Román, 2006 e 2007) a salientar a diferença entre um primigénio societarismo rural vinculado a organizações republicanas e proletárias e de feição nitidamente popular, de uma parte, e um movimento social de feição populista e eleitoralista inspirado por uma fração das elites da Restauração, de outra. O primeiro, radicalmente oposto a essas elites restauracionistas, ter-se-ia desenvolvido entre 1896 e 1907; o segundo (o que comumente conhecemos como Agrarismo) de 1907 em diante.

⁴ Assim aconteceu em 1811/20 por ocasião das tentativas de assentamento da revolução liberal, coincidentes com um ciclo ascendente da rebeldia popular e a emissão de uma legislação transitoriamente favorável para a satisfação de algumas das sus reivindicações em torno da propriedade da terra; bem como em 1868-73, com motivo do impulso democrático da mal chamada de “Revolução do 68” e as iniciativas de organização e agitação junto da massa camponesa promovidas pelo republicanismo federalista (Velasco, 1995; Hervés, 2000).

Dito por outras palavras, tentar-se-á fazer uma releitura do processo de *modernização* do setor agro-pecuário galego que estabeleça matizações no referido paradigma do Agrarismo, revalorizando o protagonismo da comunidade no trânsito para o capitalismo agrário.

Às voltas com o *motim clássico* e as formas arcaicas e modernas de mobilização rural.

Como dizíamos anteriormente, temos constância da existência de precedentes de certa maturidade política e organizativa em etapas prévias à que aqui nos ocupa. Designadamente no Sexénio Democrático (1868-1873). Pesquisas de Moreno González têm demonstrado a incipiente politização popular a acompanhar diversas movimentações camponesas de tipo anti-fiscal, especialmente intensas no biénio 1870-1871⁵. A tal politização foi aliciada pelo republicanismo federalista, corrente minoritária na altura mas muito ativa em terras galaicas e necessitada, num contexto de abertura política e implantação transitória do sufrágio universal-masculino, de votantes e base social entre a população camponesa, esmagadoramente maioritária no país⁶. Fruto da sua afoita campanha de agitação, proselitismo e organização foram alguns ruidosos conflitos decerto espetaculares em razão da capacidade mobilizadora (envolvendo milhares de aldeões), radicalidade e grau de violência física exibidos. Exponentes do cariz político dessas agitações, aliás, teriam sido a ostentação de bandeiras encarnadas, a proferição de gritos subversivos contra a ordem política vigente, e a circulação de pasquins de propaganda anti-tributária, bem como a presença entre os rebeldes de ativistas de origem não camponesa. Mesmo não cabe descartar totalmente a incorporação, a par das metodologias clássicas de amotinamento (a típica sequência: chamamento a toque de rebate-concentração no adro paroquial-marcha tumultuária do coletivo vizinhal rumo à *vila podre*-confronto violento com a autoridade), de formas de luta *modernas* como a greve anti-fiscal (em forma de boicote ao subministro alimentar dos mercados), em provável combina com setores urbanos igualmente insurgentes face ao fisco de que consta documentalmente a promoção dessas ações. Em qualquer caso, experiências de protesto dessas é que teriam fornecido o capital simbólico e cultural imprescindível para o desenrolar de movimentações posteriores (BERNÁRDEZ; ROMÁN, 2007, p.43).

O que acontece então para que com tanta frequência sejam obviados estes antecedentes fazendo com que se julgue dever-se partir de zero, na altura de 1885/90, quando se tenta situar o arranco do ciclo *moderno* da conflitualidade rural galega? Tudo parece indicar que a razão estriba na desativação e prático desaparecimento dessa modalidade conflitual durante os primeiros anos da I Restauração, em resultas da repressão de qualquer rebeldia social desatada pelo regime canovista, com o subsequente desmantelamento das estruturas organizativas outrora levantadas pelo republicanismo federalista. Uma vista de olhos na documentação judicial do período parece confirmar tal hipótese:

⁵ Moreno (1978); Moreno; Velasco (1992). Faz-se eco dessa consideração Veiga (2002, p.87-89), mas sem que as suas atinadas sugestões, ao que parece, tenham tido ampla receção.

⁶ No entanto, a atividade conscientizadora e organizativa dos republicanos federalistas não ficou restrita ao âmbito rural. Também a eles é que se devem as primeiras tentativas e realizações em tal sentido a respeito do nascente movimento operário galego com anterioridade à penetração da Internacional (Moreno, 1980).

entre 1874 e 1892, pouco mais ou menos, assistimos a um retorno ao motim clássico a substituir as formas mais evoluídas de confrontação social do Sexénio. E se isso foi mesmo assim, contando, para além do mais, com a escassa difusão e insuficiente aprofundamento no seu estudo das modalidades avançadas de conflitualidade apontadas por Moreno, não era de tudo ilógico que muitos investigadores dessem por certa a inexistência de visos de modernidade em qualquer protesto anterior à etapa da crise finissecular.

Outra conclusão não se tira, com efeito, da leitura dos expedientes recolhidos nos Livros de Sentenças da Audiência Territorial da Corunha (com jurisdição sobre toda a Galiza), e Audiências do Crime (designadamente a de Santiago), única e precária documentação de índole judicial relativa a processos-crime por insurgências sociais de que dispomos para a etapa em tela⁷. Embora se refleta neles um número apreciável de casos de resistência anti-fiscal, são comparativamente poucos os protagonizados explicitamente por coletividades aldeãs. E naqueles efetivamente registados, nada há que leve a pensar em continuidades a respeito da tipologia *avançada* dos motins do Sexénio⁸. Antes pelo contrário, o que encontramos à maneira de contrapartida, num amplo período compreendido entre 1873 e 1885, é uma mão-cheia de processos levantados por furtos, roubos, lesões, um ou outro assassinato... a nos remeterem para o repertório tradicional das *armas dos fracos*, quando não a atos delitivos vinculados à violência intra-comunitária⁹. Também não é mais aliciante a documentação dos Julgados de Primeira Instância e Instrução; nem sequer a dos Governos Civis (de resto igualmente escassa e cheia de lacunas). Contudo merece destaque nesta última a abundância de causas abertas por mor do porte ilegal de armas (isto é, sem a precetiva licença) e, mesmo por vezes, uso explícito de armas de fogo, a que se acresce uma alta e suspeitosa frequência de autorizações governamentais para envio de armamento e explosivos a particulares¹⁰. Tudo o qual poderia estar a sugerir tanto a prevenção das autoridades em face de uma eventual utilização de espingardas de caça e trebelhos similares com finalidade subversiva por parte dos aldeões, quanto a necessidade sentida pelos ricos e poderosos de se proverem de meios de defesa dissuasórios face a possíveis estalidos de ira popular, mesmo que exercida a título individual ou por um coletivo exíguo de pessoas. Será então que as condições adversas para o desenvolvimento de ações coletivas e politizadas de protesto induziriam alguns desses populares, em situações de desespero, a protagonizarem episódios de “justiça pela mão” ao jeito da expressão rosaliana?¹¹ Ou, contrariamente, que ainda era vivo o rescaldo das agitações e métodos de luta de vinte anos para trás?¹² Seja como for, o silêncio envolve estas ações e, como foi dito, não há jeito de enxergar direito entre as brumas o rasto

⁷ As restantes fontes desse tipo foram fatalmente destruídas. Em consequência, o investigador tem que se conformar com a informação muito mais parca e imprecisa que, acerca dos conflitos sociais, lhe oferecem os referidos Livros de Sentenças.

⁸ Algumas mostras em Arquivo Histórico do Reino da Galiza (daqui em diante AHRG), Livros de Sentenças da Audiência Territorial da Corunha, sumários 854/1874, 1119/1874 e 365/1890. As freguesias afetadas nesses exemplos foram Santa Maria de Carteira, São Mamede de Rois e São Martinho de Fiobre, situadas em comarcas da província de Lugo, a primeira, e A Corunha, as duas restantes, em todo o caso distantes entre si. Note-se como os dois primeiros casos remetem para tão cedo como 1874, recém concluído o próprio Sexénio.

⁹ Há também abundante casuística concernente à resistência armada face às forças de ordem pública (Guardia Civil, por sinal), mas a julgar pela informação dá a impressão de se tratar de quadrilhas de bandoleiros ou delinquentes organizados. Mesmo assim cumpre sermos cautos, pois o limite entre atuação delitativa comum e resistência social nem sempre é claro. E as fontes dizem o que os poderes públicos mandam elas dizer...

¹⁰ AHRG, Governo Civil da Corunha, Livro-registo de multas governativas (1897-1900); AHRG, Governo Civil da Corunha, Ordem Pública, Livro-registo de correspondência/saída (1891-93); AHRG, Governo Civil da Corunha, Registo de Correspondência, Livro-registo de correspondência/saída (1894).

¹¹ “A justiça pela mão” é o título de um conhecido poema reivindicativo de Rosalia de Castro (1837-1885), incluído no seu livro *Folhas Novas*.

¹² Significativamente, aparecem consignadas nos expedientes governativos muitas providências relacionadas com a condução ou *expedición* (sic) de presos e penados aos seus destinos prisionais. Ora, que presos e penados eram esses? De delito comum ou insurgentes; ou uma mistura de ambas coisas? Infelizmente, os presuntos delitos não são especificados. AHRG, Governo Civil da Corunha, Ordem Pública, Livro-registo de correspondência (1885-86).

dos referentes no seu momento apontados. Nada a que possamos agarrar-nos para vislumbrar, nas agitações e alvoroços agora produzidos, indícios da politização e consistência organizativa, por poucas que fossem, de outrora.

Ora, uma vez assente o anterior, a que dinâmica interna obedeceram essas manifestações de rebeldia supostamente primitiva a que parecem ter-se visto novamente abocadas as comunidades rurais em ausência de condução política? A caracterização do motim tradicional ou *clássico*, na sua dupla face anti-fiscal e contra a carestia dos géneros, foi estabelecida há já alguns anos para o contexto espanhol por Castro Alfín (1889 e 1991). Segundo este autor, o motim contra o imposto de consumos teria constituído a fórmula mais característica de protesto popular na Península durante o último quartel do século XIX e primeiros anos do XX, revestindo uma morfologia manifestamente arcaica. O ato de amotinação seria, por definição, espontâneo e violento, carecendo de qualquer articulação política através de partidos ou organizações do tipo que for. A sua politização era, portanto, apenas superficial e desprovida de qualquer conexão com conflitos operários. Para além disso dominavam nele as ações diretas e agressivas, acompanhando formas tradicionais de expressão: toque a reunir por meio de sinos a rebate, troar de tambores ou barulho de cornos; manifestação tumultuária e por aí fora. Finalmente, teria tido um período de vigência dilatado (ao longo de todo o período assinalado, ultrapassando a virada do século), produzia-se em qualquer época do ano, era universal (alastrava por toda a parte) e envolvia todo o tipo de populações, sendo o ataque aos *fielatos* (repartições de recadação de consumos) o seu alvo principal. E se arcaica era a sua morfologia, arcaica eram igualmente as formas de reprimi-lo providenciadas pelos governos, na base de uma conceção da chamada *ordem pública* (ou Segurança do Estado) inteiramente militarizada, a enfrentar explicitamente *o inimigo interior* e correndo por conta de umas forças de segurança providas de verba escassíssima assim como adestradas para atirar a matar¹³. Raramente existiam mediação, negociação ou atitudes conciliadoras da parte das autoridades, mesmo levando em conta o feitio espontâneo dos alvoroços.

De qualquer maneira esta tipologia do motim clássico, com o seu típico *velho repertório* de ação coletiva fora descaído nos países mais avançados da Europa no trecho final do século XIX, em favor de outras mais modernas a exibirem um *novo repertório*: greves, passeatas, mobilização de massas organizadas... (TILLY, 1990 e 1991; TARROW, 1997), suscetível de possibilitar a aliança ou, ao menos, a confluência de setores sociais diversos num mesmo movimento de rebeldia¹⁴. Porém na Espanha, como noutras formações sociais capitalistas semi-periféricas, a tendência ao declínio desenvolveu-se mais vagarosamente, continuando durante bem mais tempo como fórmulas maioritárias de protesto tanto o motim quanto outras agitações campesinas multitudinárias do tipo das andaluzas, apelidadas no seu dia por Hobsbawm (1970) de milenaristas¹⁵. A razão de tal singularidade teria a ver com o arcaísmo sócio-económico e político espanhol a respeito da Europa, toda a vez que o regime da I Restauração (1875-1923) tivesse

¹³ Longa esteira teve tamanha conceção, ao ponto de continuar ainda vigorante em tempos da II República (1931-1936).

¹⁴ Foi em época mais recente que os referidos autores deixaram de falar de repertório tradicional e moderno para cunharem a expressão *repertório transgressivo*, relacionada com o conceito de *contenda* (ou confronto) *política transgressiva*, caracterizada pelo recurso a formas de ação coletiva inovadoras situadas para além da tradicional divisória entre política institucionalizada e não-institucionalizada (Mc Adam et al., 2005, p. 8).

¹⁵ Uma refutação da interpretação de Hobsbawm, em González de Molina (1996).

posto cobro ao ciclo revolucionário liberal sujeitando ferrenhamente quaisquer forças a visar ultrapassá-lo (CASTRO ALFÍN, 1989).

Neste quadro é que tomam relevância na Galiza os motins contra o imposto de consumos, consoante (ao que parece) a caracterização descrita e num período (1876-1898) em que, convém não esquecer, o montante desse gravame chegou a supor em torno do 10% das receitas do Estado¹⁶. Contudo, cabe ao menos questionar-se se essa modalidade conflitual se manteve imperturbavelmente idêntica a si mesma até à irrupção do agrarismo, por volta de 1896. Dito por outras palavras, se em momento nenhum conseguiu enlaçar com a tradição interrompida pelo final abrupto do Sexénio. A verdade é que, a julgar pela informação de que dispomos e como foi já referido, dá a impressão de terem sido a inércia e o imobilismo a presidir (no plano formal) o desenrolar das agitações até ao início da década de 1890, em consequência do recuo experimentado com a implantação do regime reacionário da I Restauração. Mas de 1892 em diante a coisa já não é tão clara. Pois é a partir daí que fazem aparição novos agentes ideológicos (republicanismo, socialismo e anarquismo, por sinal) a propiciar a transformação da resistência anti-fiscal num movimento social com capacidade de intervenção política; o que virá à tona de jeito manifesto em 1896 (DURÁN, 1977, CABO, 1988, BERNÁRDEZ; ROMÁN, 2007).

Com efeito, a investigação sobre o período tem permitido detetar já em 1892 protoformas de organização nos motins de Vigo, bem como um certo conteúdo político, embora rudimentar e impreciso, no caso de Pontevedra (VALLEJO, 1994). Examinemos isto um pouco mais devagar.

Por razões hoje bem conhecidas pela historiografia (VALLEJO, 1990 e 1994), no dito ano de 1892 uma pandemia de motins parece ter alastrado pela Espanha fora, afetando vinte e quatro das suas cinquenta províncias. A grande maioria deles foram de tipo anti-fiscal, por mais que o protesto contra a tributação nem sempre adotasse essa fórmula na época. Em todos eles a cobrança do imposto de consumos foi o detonante. Na Galiza foram seis desses conflitos que se registaram: quatro em núcleos urbanos (Noia, Ourense, Pontevedra e Vigo) e mais dois em concelhos rurais (Castrelo do Minho e A Fonsagrada). A sobrecarga fiscal tocante ao imposto de consumos aplicada nesse ano por uns concelhos à procura de aliviar os défices crónicos das fazendas locais veio incidir sobre um complexo agro-pecuário ancilosado e exausto que a duras penas tinha começado a experimentar uma reorientação para o mercado, dificultada aliás pela queda do preço dos produtos derivados do gado (VALLEJO, 1990 e 1994)¹⁷. Ainda por cima, a última colheita fora desastrosa (por causa da climatologia adversa) pairando no ambiente as seqüelas da epidemia de cólera de 1885, a que se veio sumar a de mildew (a afetar as vinhas) no próprio 1892.

¹⁶ As estimações, no entanto, diferem de um autor para outro. Um estudo em profundidade do funcionamento e evolução do sistema fiscal do liberalismo espanhol, em Comín (1988).

¹⁷ Lembre-se: foi no início da década de noventa que se produziu a reorientação do setor agro-pecuário galego, na base da especialização em fornecimentos cárnicos de gado vacum, rumo ao mercado espanhol logo após o encerramento do tradicional mercado inglês (Carmona; De la Puente, 1988). Buscava-se desse jeito aprofundar num proceso de mercantilização até então ainda embrionário. A penetração e desenvolvimento do capitalismo agrário na Galiza e subsequente processo adaptativo do campesinato, em Artiaga et al. (1991 e 1997) e Fernández Prieto (2000).

Em tais condições o risco de estalarem distúrbios era bem alto. E eles não tardáram a desabar. Em Vigo assistiu-se ao abrolhar de um certo embrião organizativo, transitando-se da greve inicial para um motim na fase posterior. O primeiro passo da movimentação consistiu na tomada de contato dos populares em praças e mercados, logo a seguir nas aldeias. Daí, a “pregação” *in loco* à medida que a agitação alastrava fez com que se avançasse para a greve. Estaríamos neste caso perante uma fase de aprendizagem a prefigurar o início da luta agrarista que depois iria desabrochar.

Em Pontevedra, por seu turno, explodiu um alvoroço ou assuada multitudinária de labregos e vendedoras junto da repartição de consumos, se produzindo destroços. Os protestos continuaram durante vários dias. Houve proclamação do estado de sítio, com disparos e mortos. Finalmente, o estado de guerra foi levantado e a Presidência da Câmara Municipal acedeu a um abatimento nas taxas sobre peixe e frango e a eliminar as do leite. Ao que parece não houve aqui organização prévia do protesto, mas sim dá para enxergar um certo feitio político no seu desenvolvimento. Isso, ao menos, é o que sugerem a exibição de bandeiras republicanas, o espalhamento de pasquins e volantes, a quebração de insígnias e símbolos da monarquia e os berros proferidos contra o governo. Tão-pouco há indícios de um discurso ideológico estruturado. Mesmo assim não parece ter dúvida que a presença dos elementos anteriormente resenhados está a delatar a atuação de ativistas transmissores do que Rudé (1981) chamou de *ideias derivadas*, quer dizer, rudimentos de teoria política capazes de tornar a ação popular espontânea e os distúrbios localizados e efémeros em mobilização estruturada provida de solidez organizativa, a caminho da sua ulterior constituição em movimento social¹⁸. Em qualquer caso, dá nas vistas ter sido a combinação de excesso eventual na recadação do imposto e legislação fiscal regressiva como pano de fundo o fator a fornecer o quadro de injustiça necessário para a ira popular se acender. Pois que os camponeses entenderam muito bem nom haver a menor relação entre pagarem a carga e receberem melhoras ou cedências em troca, a percepção do agravo sendo nítida.

Ora bem, cabe avistar qualquer rasto de *economia moral* dos pobres (THOMPSON, 2008) nestas atuações? Quem melhor as tem estudado, Vallejo Pousada (1990:25) acha que não, arguindo o liberalismo económico “puro e duro” estar já implantado na altura em Espanha sem resto de paternalismo nenhum. Todavia, reconhece ser possível descobrir algumas reminiscências desse *uso social*, ainda que peneiradas pela nova racionalidade económica. Realmente, pensamos, não é surpreendente a pervivência desse rescaldo levando em conta que, enquanto não fosse efetivado maciçamente o acesso do pequeno-camponês à plena propriedade da terra, via redenção foral, o espírito capitalista teve que topar por força com bastantes limitações e retardanças para penetrar resoltamente no mundo agrário deste recanto peninsular. Não acreditamos portanto (ou, ao menos, levantamos ao respeito uma dúvida razoável) que a racionalidade capitalista estivesse na altura tão generalizada, ao ponto de resultar indiscutível e ter capacidade suficiente como para destruir de supetão todo o entramado de coesão, solidariedades e valores intracomunitários entretecido ao longo de séculos. De fato, a persistência desses fatores ainda há de ficar patente na travação de lutas posteriores (até a

¹⁸ Vallejo (1990, p. 3-27). Para uma outra perspetiva analítica desses mesmos conflitos, Durán (1977, p. 77-80).

década de 1920 e mais além), sem a qual seriam inexplicáveis tanto a dinâmica interna quanto a própria caracterização que elas manifestaram.

Assim pois, e à maneira de conclusão, digamos que a fisionomia de conflitos como os acima resenhados vem a sugerir que, já com anterioridade ao surgimento do Agrarismo e o desenrolar da proprietarização, é perceptível o recurso a fórmulas avançadas (ou seja, repertório moderno) de organização e luta que, com bastante probabilidade, enlaçavam com os precedentes registados durante o Sexénio cujo rasto se perde durante os três primeiros lustros da Restauração. Em que momento se produz a “conexão” com o passado e graças a quê é difícil saber, visto o silêncio das fontes (deliberado ou causado pela destruição delas que, para o efeito, tanto faz). Em qualquer caso não há provas dela ter-se produzido antes do início da década de de 1890; sim alguns indícios a partir dessa data. E, quanto aos fatores ou agentes propiciadores do “reencontro”, nenhuma hipótese semelha mais plausível que a de apor o protagonismo a aqueles que já tinham incutido esse feitiço de modernidade (mesmo que embrionariamente) durante o Sexénio; quer dizer, os republicanos, acompanhados agora de umas organizações obreiristas situadas num estágio de maior maturidade. Nom por acaso, a presença deles na articulação do movimento agrarista de 1896 em diante é posta de relevo pelos estudiosos do fenómeno (DURÁN, 1977; CABO, 1988; BERNÁRDEZ; ROMÁN, 2007). E, situados nessa tessitura, difícil é admitir que irrompessem em cena nesse momento sem terem desenvolvido um labor de agitação já nos anos prévios, uma vez ultrapassada a etapa mais atafegadamente repressiva do regime canovista.

Para além do mais, os rudimentos de politização e consistência orgânica manifestados nas agitações de 1892 não fazem senão demonstrar a capacidade adaptativa das comunidades aldeãs quando situadas num contexto em mutação, pondo em execução umas ou outras formas de luta em função da estrutura de oportunidades existente em cada momento. Foi assim que com o apoio do republicanismo ensaiaram, na conjuntura de abertura democrática do Sexénio, fórmulas de ação coletiva relativamente avançadas e modernas, para pô-las transitoriamente de parte na fase seguinte —para melhor encararem a repressão— em favor de recursos e ferramentas mais tradicionais (adotados mesmo à desesperada, por vezes), e voltar a retomá-las quando o grosso do perigo ficou para trás. Não constitui isso, porventura, uma exibição de certo domínio do senso da estratégia e a tática, por mais que a modesta escala e condizente com o incipiente grau de maturidade da rebeldia campesina na altura?

Seja como for, foi essa sequência ininterrupta de ativação e desativação de formas de mobilização e luta popular —com uma crescente intensidade a partir de 1890/92— que abriria caminho, tornando-os possíveis, a motins de feição qualitativamente superior como o de 1905 em Tui (HERVÉS, 2000)¹⁹ ou, com anterioridade a esse, à espetacular greve corunhesa de *consumeiros* (empregados da Companhia Arrendatária dos Consumos) de 1901 que daí a pouco deviria

¹⁹ Segundo este autor estaríamos perante “a conversión de dun conflicto antifiscal nacido baixo os sinais característicos dun motín de mercado como os dos anos 1890 nun fenómeno con trazos de novidade” (Hervés, 2000, p. 152). Eis aí os expoentes dessa novidade: prolongamento do conflito por mais de três semanas; boicote das vendedoras rurais ao mercado vilego, obrigando as autoridades a angariar géneros do outro lado da raia fronteiriça; arbitragem do governador civil e negociação com as associações campesinas aliciadoras do protesto. Peça-chave na condução da ação coletiva teria sido a estrutura associativa vinculada ao agrarismo comarcano. Foi ela a orquestrar a coordenação das atuações dos agentes urbanos e rurais envolvidos, a agir como contraparte na negociação com a autoridade e, em definitivo, a auspiciar a canalização da reivindicação popular através de vias institucionais qua a propria dinâmica do conflito obrigou a abrir (Hervés, 2000, p. 152).

greve geral na cidade²⁰. Outrossim, a tal sequência conflitiva acabaria desembocando no desabrochar do Agrarismo, prefigurando a estrutura organizativa e afixação de objetivos sócio-políticos a ele inerentes²¹. Se o movimento social conhecido por esse nome respondeu desde o começo à caracterização que lhe apõe o paradigma hegemónico ou, pelo contrário, à idiossincrassia de um societarismo popular de tipo diferente, consoante a proposta da historiografia alternativa, já é matéria para outro debate.

A comunidade rural: luzes e sombras, encontros e desencontros

Uma questão diretamente relacionada com os conflitos aqui abordados é a da comunidade rural, entidade essa a figurar no foco de diversos debates, seja para ressaltar o seu papel, seja para redimensioná-lo ou mesmo para pôr em causa a sua própria existência. Não é a nossa intenção fazer um contributo de vulto a esses debates desde estas páginas. Pretende-se somente dar visibilidade à comunidade na gestação e desenvolvimento das agitações, face à opacidade que amiúde as envolve em abordagens por vezes um tanto contraditórias, a sugerirem de uma parte o seu protagonismo para logo a seguir salientarem, de outra parte, a sua incontornável desagregação e quase desaparecimento em fase relativamente temporã da penetração do capitalismo. Com efeito, embora diversos autores (HERVÉS, 2000; VELASCO, 2008, entre outros) tenham apontado o o vigor dessas comunidades até, ao menos, o fim do século XIX ou mesmo mais além, relativizando ao mesmo tempo o alcance do tradicional individualismo do camponês galego (em palavras de HERVÉS, 2000, p. 150, “nin tan total nin tan tradicional”), não é inusual na nossa historiografia achar reiteradas referências —se calhar um tanto decalcadas, aprioristicamente, de perspetivas analíticas atinentes a outras realidades— à decomposição comunitária sem por isso elas negarem ou refutarem empiricamente o argumento acima referido. Faz-se pois necessário estabelecermos algumas precisões ou pontualizações ao respeito.

Em concordância com Cabo (1988), entendemos aqui a comunidade como um grupo social ou conjunto de homens e mulheres a exercer de maneira coletiva a “posesión de recursos comuns (monte, auga), a regulación da propiedade, e xestión privadas (utilización das agras, servidumes de paso, rabusco) e o sistema de ajudas recíprocas”, para além de constuir o âmbito de sociabilidade das relacións cotiás e do lecer²². Este conceito, em aparência simples, tem sido no entanto alvo de discussão na historiografia galega das últimas décadas, dando lugar a visões marcadamente divergentes como as representadas por Balboa (1996) e Cardesín (1992). Arremete este último autor contra o que apelida de *mito da comunidade campesina* entanto que subproduto da teoria —a seu ver ahistórica— da modernização em auge no século XX²³. Balboa, por seu turno, julga o conceito ser operativo sempre que, desprovido da consideração

²⁰ Uma interessante abordagem desta greve em Capelán (2002). Ainda que se tratou de uma movimentação substancialmente operária, não cabe descartar a participação de camponesas subministradoras de alimentos ao mercado local, diretamente afetadas pelo atafego da taxa de consumos, para além do fato de uma grande proporção da população operária da cidade participante na agitação ter a sua moradia nos concelhos rurais das redondezas, vivendo em grande medida imersos na cultura agrária das suas famílias.

²¹ Como acabamos de ver, a trama associativa agrarista teve um papel fulcral no desenrolar do conflito de 1905.

²² Cabo (1998, p. 216). Não vamos entrar aqui na delimitação do conceito de *camponês* enquanto que denotativo de um estrato social vencilhado à exploração agrária familiar, a produção de alimentos a pequena escala orientada prioritariamente para o auto-consumo e a aldeia (ou a freguesia rural) como âmbito relacional pois nos afastaria do objeto de análise. Julgamos que ela foi afixada há tempo pela historiografia agrária, a antropologia e a história económica. Considerações de interesse em volta desta questão em Chayanov (1985) [1925], Shanin (1976), Galeski (1977), Sevilla; González (1993), Batista (2013).

²³ Visto que, consoante a “teoria da modernização”, o processo de mudança histórica fica reduzido a uma transição entre duas estruturas, *tradição* e *modernidade*, pressupondo um modelo basicamente estático de *agricultura tradicional*, a comunidade aparece definida nesse quadro como “un agente social colectivista, igualitarista y autosuficiente, un muro de contención que aísla a los individuos de las influencias externas, especialmente del Mercado y del Estado. La ‘crisis’ o ‘descomposición de la comunidad campesina’ rompe ese muro de contención que aísla a los individuos” (Cardesín, 1992a, p. 5). Não é menos

da comunidade como um coletivo igualitário e ilhado, valorize ela (a comunidade) na sua inserção num sistema económico e político mais vasto e mudável no tempo. Por outra parte, um problema inerente à comunidade campesina, nem sempre fácil de dilucidar, é o da sua maior ou menor perdurabilidade no tempo e a sua suposta “crise” e decomposição em resultas da ação do Estado e o avanço do capitalismo²⁴. O que, por sua vez, nos remete para o processo de *campesinização*²⁵, neste caso da agricultura galega, aspeto esse a se constituir em foco de discussão (nomeadamente no que à adaptação ou subordinação ao capitalismo diz respeito) entre Balboa e Fernández Prieto (1990), de uma parte, e Iturra de outra (1988).

Ora bem, se a tal *campesinização* foi levada a cabo, ou não, a custa de uma efetiva quebra ou desagregação da comunidade rural e, caso afirmativo, em que medida é algo que ninguém esclarece satisfatoriamente. O certo é que, por muito que dela (da desagregação) se fale ou seja apenas sugerida, o protagonismo da comunidade, quer na esfera produtiva, quer na reprodutiva e conflitual é um fator permanentemente assinalado pela nossa historiografia agrária e contemporaneísta até ao dia de hoje. Desde os especialistas no movimento agrarista e societarismo camponês de feição reivindicativa (Cabo, Bernárdez e Lago), além de Fernández Prieto em qualidade de orientador de numerosos trabalhos de pesquisa na órbita da história agrária, até Balboa e depois dele Rico (1995) sobre política florestal no século XX e o seu impacto social; Cabana e Lanero nos seus estudos sobre resistência rural no franquismo e, mais recentemente, Díaz-Geada (2011 e 2013) Freire Cedeira (2013) e o próprio Lanero (2013) da perspetiva da conflitualidade sindical e sócio-ambiental, todos estes autores insistem nesse aspeto, chegando algum deles (CABANA, 2008: 270-271) a falar da comunidade campesina como sustento ou autêntico eixo vertebrador da conflitualidade numa etapa tão tardia como os vinte primeiros anos da ditadura franquista, toda a vez que escorada numa tradição de rebeldia enquadrada num tempo longo e forjadora de uma *cultura de resistência* na população rural²⁶.

O que nos vem isto dizer? Pois que semelha dificilmente admissível a ideia tão manuseada da crise e total desagregação comunitária. Certo: é preciso não esquecer que a comunidade nunca foi um ente igualitário nem imutável no tempo. Por mais que nos princípios do século XIX seja ainda possível falar de uma “repartição ajeitada da miséria” (SAAVEDRA, 1992), quando comparada a realidade rural galega com a de outras formações sociais agrárias europeias, não é menos verdadeiro serem perceptíveis por toda a Galiza, já durante o Antigo Regime, os indícios de estratificação no seio da comunidade camponesa²⁷. E para além disso é óbvio que essa comunidade que, melhor ou pior, chega com vida aos anos finais do franquismo, não apresenta a mesma solidez que a sua homónima de 1900, nem a deste último ano é igual de coesa que a de 1650. Mas o que interessa sublinhar é que, mesmo com a estratificação, desagregação e

crítico o autor com os pensadores do século XIX envolvidos na polémica sobre a “comunidade campesina europeia” (Marx incluído), cujos postulados acabariam derivando na teoria da modernização na centúria seguinte: (Cardesín, 1992a, p. 2). Em tal contexto a utilização do conceito de “comunidade campesina” seria, na sua opinião, produto de uma inconsistência teórica similar à que caracteriza a própria teoria (Cardesín, 1992a, p. 5).

²⁴ Não sem razão Cardesín (2005a, p. 7) salienta o fato antinómico, frequente na historiografia, de se falar constantemente e com leviandade de comunidades rurais vigorosas para logo a seguir entrarem em crise e depois ressurgirem sem se explicar direito como e porquê.

²⁵ Para o conceito de *campesinização*, Sevilla; González (1991, p.88-138; 1993, p.10).

²⁶ É esclarecedor constatar através do estudo desta autora como o *campesinato* galego botou mão, no contexto repressivo do franquismo, de formas de protesto e resistência procedentes do *antigamente*, abandonando as mais avançadas e modernas a fim de mitigar o impacto dessa repressão. Não nos faz isto confirmar a hipótese exposta numas páginas para trás, de que o recuo político-organizativo da conflitualidade rural experimentado nos primeiros anos da Restauração foi igualmente adaptativo, numa conjuntura de grande dureza, e não devido à fraqueza intrínseca ou ao arcaísmo do movimento de rebeldia?

²⁷ Sem ânimo de exaustividade: Pérez (1991), Domínguez (1996), Quiroga (1988), Rodríguez (1999).

individualismo a avançarem no seu interior, foi a pervivência e capacidade de adaptação dela, a comunidade (ou as comunidades, em plural) ao longo da época contemporânea que fez possível a travessão de lutas interclassistas, com participação de setores do campesinato com interesses em grande medida contrapostos unidos conjuntamente em torno de um objetivo comum (VELASCO, 2008, p. 172)²⁸. Os conflitos levantados com motivo da defesa dos montes, baldios e comunais constituem sem dúvida um dos capítulos mais relevantes dessa posta em ação da potencialidade combativa da comunidade, precisamente por terem tido neles um peso muito grande o elemento simbólico (os valores morais estruturantes) e o elemento cultural (uma mesma cultura campesina a impregnar todos os membros do coletivo aldeão ou paroquial por cima das origens de classe de cada quem). Quer dizer, por estarem ainda vivos e vigorantes ao menos uma parte dos velhos princípios da *economia moral da multidão*²⁹.

Considerada, pois, neste quadro a comunidade campesina galega no período abordado neste trabalho, é claro que ela permanece viva e atuante, como não podia ser menos se levarmos em conta o caráter ainda incipiente do processo de campesinização na altura³⁰. Sem a sua fortaleza teriam sido certamente impossíveis agitações e insurgências como as então produzidas.

E daí...? Daí é forçoso concluir que a idiossincrasia das diversas lutas que o campesinato deveu acometer no período de entre-séculos³¹ requeriam de uma posta em ação coletiva cuja única sustentação possível repousava na manutenção da trama comunitária. Dito por outras palavras: eram combates para serem empreendidos não por indivíduos mas por massas de labregos organizadas. E naturalmente foram-no, com independência de não todos os integrantes do coletivo envolvido terem idênticas aspirações e expectativas (nem o mesmo a ganhar em caso de êxito) em função dos seus interesses diferenciados, se considerados a longo prazo. O societarismo camponês com vínculos republicanos e obreiristas ou, no seu caso, o agrarismo populista postos em pé de 1896 em diante vieram fornecer, por sua vez, uma mais sólida articulação a essa nova reedição da velha convergência conjuntural de interesses diferenciados ensaiada em tempos passados.

Foi assim que, no dealbar do século XX, a trama comunitária campesina, em vez de se amostrar incompatível com a proprietarização, favoreceu a efetivação de novas formas de luta empreendidas sob a liderança do associacionismo recém-nato. Algo que nunca poderá explicar por si só nenhuma teoria da modernização.

²⁸ É importante remarcar isto, em face a quem julguem incompatíveis os conceitos de comunidade e classe social a propósito do campesinato. Aliás, o fenómeno não apresenta exclusividade galaica, é claro. Expoentes de atuação mancomunada de coletivos rurais apoiados numa cultura campesina abrangente e densas redes sociais temo-los igualmente em terras vizinhas como Leão e Portugal (Serrano, 2005 e 2014; Godinho, 2001; Freire, 2004b; Velasco, 2015), sem ir mais longe.

²⁹ Velasco (2003), Freire (2004a), Serrano (2005, 2014, 2018). A importância da conflitualidade em torno do comunal enquanto que geradora de capital social (entendido este como “conjunto de redes sociales y/o institucionales –formales e informales– basadas en normas de confianza y reciprocidad que facilitan el desarrollo de acciones conjuntas y estables”) tem sido posta em destaque por Soto; Herrera (2014, p. 82), na esteira de Ostrom; Ahn (2003). Reflexões recentes acerca dos problemas levantados na investigação a respeito dos comunais, em Beltrán (2018).

³⁰ Alguns aspetos já anteriormente comentados são esclarecedores acerca da vigência da comunidade, como o método tradicional de toque a reunir mediante sinos a rebate (ainda utilizado por volta da virada do século) ou a mesma estrutura organizativa, com base na freguesia rural, adotada pelo movimento agrarista nessa mesma época.

³¹ Entre outras, a resistência face ao esbulho do fisco estatal, a defesa da posse e aproveitamento do monte comunal diante da privatização, a proprietarização e subsequente renovação do aparelho produtivo agrário, o reclamo de políticas propiciadoras da mercantilização dos excedentes agrícolas e pecuários e assim por diante.

Consideração final

Cuido que as reflexões precedentes cobram especial sentido quando examinadas em parceria com os restantes contributos à sessão “De comunidades e agricultores. Mudança social e mobilização coletiva em sociedades rurais”, ao fio do Congresso Internacional *Transiciones en la agricultura y la sociedad rural* (Santiago de Compostela, 20-23/06/2018). Com efeito, se para alguma coisa serviram as palestras e subsequente debate ali concitado foi, a meu ver, para salientar a palpitante atualidade da “questão camponesa” no contexto da mundialização ou *globalização* e as suas possibilidades de futuro, contrariando as teses catastrofistas a respeito da inviabilidade da agricultura familiar bem como aquelas perspetivas analíticas a considerarem a economia campesina, e o próprio campesinato, como fatores retardatários destinados a serem varridos pela roda da História.

Permita-se-me lembrar algumas das questões ali colocadas:

1. A versatilidade e heterogeneidade da condição camponesa, não incompatível com as solidariedades interclassistas na base de uma identidade comum.
2. A flexibilidade tática nas estratégias reprodutivas e conflitualidade social das coletividades rurais.
3. A pervivência da comunidade rural até épocas recentes e em contextos muito diversos, via de regra associada a práticas agrícolas de base orgânica.
4. A capacidade de adaptação dessa comunidade ao capitalismo agrário (através de fatores como, em determinados contextos, a defesa do direito de propriedade e a assunção progressiva e controlada do individualismo), mas também de confronto e resistência face a ele, ao ponto de poder barrar a *descampesinização* atualmente em curso tornando-a reversível.
5. O êxito relativo das estratégias de supervivência do campesinato tradicional em função da preservação e vigência no seio da coletividade de (ao menos) certas formas de *economia moral*, bem como da execução de (inusuais) políticas públicas providas de sensibilidade perante as demandas das populações rurais (nomeadamente indígenas). Este último fator tem favorecido, assim mesmo, uma adaptação dos camponeses ao industrialismo agrário menos traumática do que noutras situações.
6. A transferência ocasional de valores comunitários como a ajuda mútua a contextos sócio-económicos e identitários *pós-camponeses*, caso da agricultura familiar especializada e semi-industrializada.
7. A consideração da conflitualidade meioambiental como que fazendo parte das lutas sociais protagonizadas por camponeses e potencialmente geradora de contra-espços ecológicos nas margens do capitalismo extrativista.
8. A implementação de políticas de ordenação do território desvencilhadas dos usos de produção e ocupação dele próprios dos seus moradores camponeses (caso da Galiza), como agente destrutor de valores sócio-culturais irrecuperáveis.
9. O resgate de experiências cooperativas e do próprio *senso de comunidade* das culturas campesinas ancestrais, mas também do presente, como alicerce para uma reorientação das relaciones humanas rumo ao *bom viver*.

Pois bem, todas essas questões estão-nos a falar de quê? Eu diria que de um campesinado ativo, com plena vitalidade e portador de uns valores e visão do mundo com muito para nos dizer no respeitante à imperiosa necessidade de mudar os nossos hábitos de existência quotidiana visando a conquista do supracitado *bom viver* (Martínez Alier, 2016), isto é, a construção de uma *outra forma de vida*, melhor e com verdadeira qualidade, situada muito para além da vertigem consumista, produtivista e depredadora a nos cercar por toda a parte. Em qualquer caso o futuro do tal campesinato estará incontornavelmente ligado à resistência face ao industrialismo/extratativismo e a transnalização de capital, cujo legado de devastação meioambiental (hoje o desflorestamento e o açambarcamento de terras —*landsgrabbing*—, amanhã a luta encarniçada pela água) tanto está a contribuir para a transformação da espécie humana em patologia parasitária, ou mesmo radicalmente destrutiva, da biosfera (Naredo, 2008) enquanto, ironicamente, um parte dessa mesma espécie *está sobrando*, da perspetiva do Capital, por não apresentar sequer interesse como consumidora ou mão de obra a explorar...

Em tal tessitura, a aprendizagem e recetividade face ao tradicional saber campesino bem pode servir de ajuda para iludirmos tão trágico destino. Afinal de contas não é apenas o destino camponês que está em jogo (Baptista, 2013), mas o da humanidade toda.

Referências

- ARTIAGA REGO, Aurora et al. Agricultura y capitalismo en Galicia: una perspectiva histórica. In: SAAVEDRA, Pegerto; VILLARES, Ramón. (eds.). *Señores y campesinos en la Península Ibérica: Siglos XVIII-XX*. Barcelona: Crítica, 1991, vol 2, p. 346-372.
- ARTIAGA REGO, Aurora et al. O proceso de adaptación do mundo agrario ao capitalismo. In: VV.AA.: *Galicia fai dous mil anos: O feito diferencial galego*. Santiago de Compostela: Museu do Pobo Galego, 1997, vol. 2, p. 201-218.
- BALBOA LÓPEZ, Xesús. A comunidade campesina na Galicia contemporánea: algunhas reflexións sobre a súa persistencia e a súa crise. In: III e IV Semanas Galegas de Historia: A Guerra en Galicia. O rural e o urbano na historia de Galicia. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores, 1966.
- BALBOA LÓPEZ, Xesús; FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo. (1990): Sobre campesiñado e capitalismo ¿subordinación recente ou adaptación histórica? *A Trabe de Ouro*, nº 3, p. 421-429.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. *O destino camponês*. Castro Verde: 100Luz, 2013.
- BELTRÁN TAPIA, Francisco J. En torno al comunal en España: una agenda de investigación llena de retos y promesas. *Sociedad de Estudios de Historia Agraria: Documentos de Trabajo*. DT-SEHA nº 1804, 2018. Disponível em www.seha.info. Acesso em 02/04/2018.
- BERNÁRDEZ SOBREIRA, Antonio; ROMÁN LAGO, Isidro. *A penetración do sindicalismo no rural galego de anteguerra*. Vigo: Fundación Sindical Edelmiro Otero Calvo, 2006.
- BERNÁRDEZ SOBREIRA, Antonio; ROMÁN LAGO, Isidro. *Labrando na rebelión. Societarismo e populismo agrario en Galiza*. Vigo: A Nosa Terra, 2007.
- CABANA IGLESIA, Ana. Estado e ‘cultura de resistencia’: aproximación ao estudo dos mecanismos definidores da conflictividade rural durante o primeiro franquismo. *Semata. Ciencias Sociais e Humanidades*, nº 19, Guerra, violencia e conflictividade na historia, 2008, p. 259-274.
- CABANA IGLESIA, Ana; LANERO TÁBOAS, Daniel. Mobilización social en la Galicia rural del tardofranquismo (1960-1977). *Historia Agraria*, nº 48, 2009, p. 111-132.
- CABO VILLAVERDE, Miguel. *O Agrarismo*. Vigo: A Nosa Terra, 1988.
- CABO VILLAVERDE, Miguel. *A integración política do pequeno campesinado: o caso galego no marco europeo, 1890-1939*. Santiago de Compostela, Tese (Doutoramento) inédita. Universidade de Santiago de Compostela, Departamento de História Contemporânea e de América, 1989.
- CAPELÁN, Antón. A cen anos da folga xeral de maio na Coruña. Seis mortos e corenta feridos de bala. *A Nosa Terra*, nº 1020, 7-13 fev. 2002. Suplemento Historia do movemento obreiro, p. 10-15.
- CARDESÍN DÍAZ, José María. M. El mito de la comunidad campesina: ¿crisis de un agente social o crisis de un concepto dentro de las ciencias sociales? In: V Reunión del Seminario de Historia Agraria: La sociedad rural en la España Moderna y Contemporánea. Santiago de Compostela, 1992.
- CARDESÍN DÍAZ, José María. *Tierra, trabajo y reproducción social en una aldea gallega. (ss. XVIII-XX): muerte de unos, vida de otros*. Madrid: MAPA, 1992.
- CARMONA, Xoán; De la Puente, L. Crisis agraria y vías de evolución ganadera en Galicia y Cantabria. In: GARRABOU, R. (ed.). *La crisis agraria de fines del siglo XIX*. Barcelona: Crítica, 1988, p. 181-211.
- CASTRO ALFÍN, Demetrio. Agitación y orden en la Restauración. ¿Fin del ciclo revolucionario? *Historia Social*, nº 5, 1989 p. 37-49.
- CASTRO ALFÍN, Demetrio. Protesta popular y orden público: los motines de consumos. In: GARCÍA DELGADO, J. L. *España entre dos siglos (1875-1931): Continuidad y cambio*. Madrid: Siglo XXI, 1991, p. 109-123.

- CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985 [1925].
- COMÍN, Francisco. *Hacienda y economía en la España contemporánea, 1800-1936*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1988.
- DÍAZ-GEADA, Alba. *O papel do sindicalismo labrego no rural galego do tardofranquismo e da transición (1964-1986)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2011.
- DÍAZ-GEADA, Alba. *Mudar en común: cambios económicos, sociais e culturais no rural galego do franquismo e da transición (1959-1982)*. Santiago de Compostela, Tese (Doutoramento), Universidade de Santiago de Compostela, Departamento de Historia Contemporânea e de América, 2013.
- DOMÍNGUEZ CASTRO, Luís. Las tierras vinculadas orensanas a finales del Antiguo Régimen: origen y formas de explotación. In: FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo; BALBOA LÓPEZ, Xesús. (eds.). *La sociedad rural en la España contemporánea: Mercado y patrimonio*. A Coruña-Sada: O Castro, 1996.
- DURÁN, José Antonio. *Agrarismo y movilización campesina en el País Gallego (1875-1912)*. Madrid: Siglo XXI, 1977.
- FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo. (ed.). *Terra e Progreso*. Vigo: Xerais, 2000.
- FREIRE, Dulce. Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado. In: FREIRE, Dulce. et al. (coords.). *Mundo rural: Transformação e resistência na Península ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, 2004, p. 191-224.
- FREIRE, Dulce. Identidades e solidariedades. Assalariados rurais e pequenos agricultores no Sul de Portugal (anos 50-70). In: BERAMENDI, Justo; BAZ, M^a Xesús. (eds.). *Memórias e identidades: VII Congreso da Asociación de Historia Contemporânea*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2004. DVD.
- FREIRE CEDEIRA, Araceli. *En defensa de lo suyo: propiedad y conflictividad social durante el franquismo: los montes vecinales de Cerceda (A Coruña)*. Santiago de Compostela: Universidade de Compostela, Servizo de Investigación e Intercambio Científico, 2011.
- FREIRE CEDEIRA, Araceli. El proceso de devolución de los montes vecinales en mano común: una historia de lucha social por los recursos naturales. In: LANERO, Daniel. (ed.). *Por surcos y calles: Movilización social e identidades en Galicia y País Vasco (1968-1980)*. Madrid: La Catarata, 2013, p. 66-107.
- GALESKI, B. *Sociología del campesinado*. Barcelona: Península, 1977.
- GODINHO, Paula. *Memórias da resistência rural no Sul*. Couço (1958-1962). Oeiras: Celta Editora, 2001.
- GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Los mitos de la modernidad y la protesta campesina. A propósito de *Rebeldes primitivos* de Eric Hobsbawm. *Historia Social*, nº 25, 1996, p. 113-157.
- HERVÉS SAYAR, Henrique. e outros (2000): Resistencia e organización. A conflictividade rural en Galicia desde a crise do Antigo Rexime ao Franquismo. In: FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo. (ed.). *Terra e Progreso*. Vigo: Xerais, 2000, p. 129-162. (Há versão castelhana, *Noticario de Historia Agraria*, nº 13, 1997, p. 165-192).
- HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1970.
- ITURRA, Raúl. *Antropología económica de la Galicia rural*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1988.
- LANERO, Daniel. Entre dictadura e democracia: a conflictividade socioambiental en las Rías Baixas (1959-1980). In: LANERO, Daniel. (ed.). *Por surcos y calles: Movilización social e identidades en Galicia y País Vasco (1968-1980)*. Madrid: La Catarata, 2013, p. 139-172.
- MARTINEZ ALIER, Joan et al. Is there a global environment justice movement? *The Journal of Peasant Studies*, 43(3), 2016, p 731-755.
- Mc ADAM, Douglas et al. *Dinámica de la contienda política*. Barcelona: Hacer, 2005.

- MORENO GONZÁLEZ, Xoán M. *El federalismo gallego en el Sexenio (1868-1874)*. Santiago de Compostela, Tese (Doutoramento) inédita. Universidade de Santiago de Compostela, Departamento de Historia Contemporánea e de América, 1978.
- MORENO GONZÁLEZ, Xoán M. (1980). Federales y proletarios. Los orígenes del movimiento obrero en Galicia (1868-1874). *Estudios de Historia Social*, nº 15, 1980.
- MORENO GONZÁLEZ, Xoán M; VELASCO SOUTO, Carlos Fco. Conflictividad Social Agraria en la Galicia del siglo XIX: agitaciones antiseñoriales y motines antifiscales. In: I Congreso de Historia Contemporánea. Salamanca: Asociación de Historia Contemporánea, 1992.
- NAREDO, José Manuel. Metabolismo económico y deterioro territorial. Tendencias y perspectivas a principios del siglo XXI. In: GARRABOU, Ramón; NAREDO, José Manuel. *El paisaje en perspectiva histórica*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza/ Institución Fernando el Católico, 2008, p. 391-412.
- OSTROM, Elinor; AHN, T. K. (eds.). *Foundations of Social Capital*. Cheltenham: Edward Elgar Publishers, 2003.
- PÉREZ GARCÍA, José Manuel. Crecimiento agrario y explotaciones campesinas en las Rías Bajas gallegas y en la Huerta de Valencia: un estudio comparativo. In: SAAVEDRA, Pegerto; VILLARES, Ramón (eds.). *Señores y campesinos en la Península Ibérica: Siglos XVIII-XX*. Barcelona: Crítica, 1991, vol. 2, p. 284-309.
- QUIROGA BARRIO, G. *Evolución dunha estrutura agraria na Galicia interior: a terra de Viana do Bolo, 1600-1820*. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial, 1988.
- RICO BOQUETE, Eduardo. *Política forestal e repoboacións en Galicia (1941-1971)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Investigación e Intercambio Científico, 1995.
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, D. *A terra e as xentes: Nacer, vivir e morrer na comarca de Celanova ó longo da Idade Moderna*. A Coruña: Vía Láctea, 1999.
- RUDÉ, George. *Revolución popular y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1981.
- SAAVEDRA, Pegerto. *A vida cotiá en Galicia, 1550-1850*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Investigación e Intercambio Científico, 1992. (Há versión castelhana revisitada e acrescentada pelo autor, *La vida cotidiana en La Galicia del Antiguo Régimen*. Barcelona: Crítica, 1994).
- SERRANO ÁLVAREZ, José A. La defensa del comunal y de los usos colectivos, León (1800-1936): ¿una economía moral? *Historia Agraria*, nº 37, 2005, p. 431-463.
- SERRANO ÁLVAREZ, José A. Campesinos, estado y mercado. La conflictividad forestal en el noroeste de España, León (1870-1936). *Sociedad Española de Historia Agraria*. Documentos de trabajo. DT-SEHA nº 14-02, 2014. Disponível em Acesso em www.seha.info. Acesso em 04/06 /2016.
- SERRANO ÁLVAREZ, José A. Forestry conflict in Spain. Rethinking peasant protest and resistance. *J Agrar Change* 1-17, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1111/joac.12293>. Acesso em 10/09/2018.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Minifundio y gran propiedad agraria: estabilidad y cambio en la alta Andalucía (1758-1930). In: SAAVEDRA, Pegerto; VILLARES, Ramón. (eds.): *Señores y campesinos en la Península Ibérica: Siglos XVIII-XX*. Barcelona: Crítica, 1991, vol. 2, p. 88-138.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. *Ecología, campesinado e Historia*. Madrid: La Piqueta, 1993.
- SOTO, David; HERRERA, Antonio. El conflicto agrario en la historia contemporánea de España. Nuevas perspectivas de análisis. *Vínculos de Historia*, nº 3, 2014, p. 75-100.
- TARROW, Sidney. *El poder en movimiento: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza, 1997.
- THOMPSON, Eduard Palmer. *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*. Lisboa: Editores Refractários, 2008.

- TILLY, Charles. Modelos y realidades de la acción colectiva Popular. *Zona Abierta*, nº 54/55, 1990.
- TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza, 1991.
- VALLEJO POUSADA, Rafael. Pervivencia de las formas tradicionales de protesta: los motines de 1892. *Historia Social*, nº 8, 1990, p. 3-27.
- VALLEJO POUSADA, Rafael. Fiscalidad y fraude fiscal en Galicia en la segunda mitad del siglo XIX. *Hacienda Pública Española*, 1994/1. Monografía: El fraude fiscal en la Historia de España, 1994.
- VEIGA, Xosé Ramón. R. Estructura e dinámica políticas da Galicia liberal (1833-1923). In: CONSTENLA, Gonzalo; DOMÍNGUEZ, Luís. (eds.). *Tempos de sermos*. Vigo: Universidade de Vigo, 2002, p. 75-102.
- VELASCO SOUTO, Carlos Fco. *Agitacións campesinas na Galiza do século XIX*. Santiago de Compostela: Laiovento, 1995.
- VELASCO SOUTO, Carlos Fco. Conflictos sobre montes en la primera mitad del siglo XIX: una etapa en la larga lucha contra la privatización. In: SEBASTIÁN AMARILLA, José Antonio; URIARTE ALLO, Rafael (eds.). *Historia y economía del bosque en la Europa del sur (siglos XVIII-XX)*. Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, col. Monografías de Historia Rural, nº1, 2003, p. 121-141.
- VELASCO SOUTO, Carlos Fco. Protesta campesina e proprietarizaçom. A luita pola terra no dealbar do capitalismo. *Semata. Ciências Sociais e Humanidades*, nº 19, Guerra, violencia e conflitividade na historia, 2008, p. 159-175.
- VELASCO SOUTO, Carlos Fco. Resistência campesina, identidades coletivas e gestom da memória. A luita das comunidades agrárias contra a ditadura na Galiza e Portugal (1939-1975). In: TORRES FEIJÓ, Elías et al. (eds.): *Estudos da AIL em Teoria e Metodologia: Relacionamento nas Lusofonias*. Santiago de Compostela/Coimbra: Associação Internacional de Lusitanistas, 2015, p. 75-87.

Submissão: 30/01/2020

Aceite: 03/02/2020